

justiça, como as de Ronald Dworkin, Robert Nozick e Brian Barry, para citar apenas alguns autores, não foram incorporadas aos debates nas teorias da democracia. Mesmo John Rawls teve pouco impacto nessas teorias, ganhando peso apenas para uma vertente minoritária da democracia deliberativa que nele se inspirou. A crítica ao paradigma distributivo nas teorias da justiça e o debate subsequente em Iris Marion Young e Nancy Fraser, em que ganha peso a chamada política da diferença, tem influência, sobretudo, em segmentos restritos das análises, como as teorias feministas. Grosso modo, a divisão que se estabelece reserva às teorias da democracia a análise da formação e expressão da vontade popular e às teorias da justiça a análise da proteção dos direitos que antecedem ? e, em certo sentido, tornam possível ? essa vontade. No entanto, a relação entre uma e outros é, há séculos, um problema central do pensamento político. A pesquisa se propõe, assim, a mapear as discussões nos dois campos, articulando-as por meio da análise de problemas considerados fundamentais para as questões da justiça e da democracia, aqui pensados justamente em suas conexões, como os problemas relativos à representação e os problemas relativos à autonomia dos indivíduos, consideradas as sociedades liberais contemporâneas, com suas assimetrias..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (25) / Mestrado acadêmico: (15) / Doutorado: (8) .

Integrantes: Luis Felipe Miguel - Coordenador / Flávia Millena Biroli Tokarski - Integrante / Carlos Augusto Mello Machado - Integrante / Daniel de Mendonça - Integrante / Rosângela Schultz - Integrante / Luciana Maria de Aragão Ballestrin - Integrante / Luciana Fernandes Veiga - Integrante / MARQUES, DANUSA - Integrante / Thiago Aparecido Trindade - Integrante / Enara Etchart - Integrante / Álvaro Barreto - Integrante / Bianca de Freitas Linhares - Integrante / Cristiane Correia Baptista - Integrante / Felipe Borba - Integrante. Financiador(es): CAPES - Centro Anhanguera de Promoção e Educação Social - Auxílio financeiro.

Teoria democrática, dominação política e desigualdades sociais

Descrição: A pesquisa aqui proposta discute como a teoria política contemporânea trata a combinação entre a democracia representativa, por um lado, e, por outro, a vigência de padrões estruturais de dominação e de significativas desigualdades materiais e simbólicas. Um significado normativamente denso de democracia inclui a exigência de igualdade política (que é obstaculizada pelas diversas desigualdades sociais) e se orienta para o exercício da soberania popular (contraditório com a presença de relações de dominação). Diferentes vertentes da teoria política lidam de diferentes formas com essa questão. A pesquisa vai discutir criticamente essas contribuições, levando em conta o impacto próprio das desigualdades originárias da forma de organização do campo político (a assimetria entre governantes e governados e os padrões estabelecidos de seletividade das instituições políticas), o entrelaçamento entre o funcionamento da economia capitalista e os padrões assimétricos de capacidade de influência nas decisões políticas, a influência independente de variáveis não redutíveis a classe social, como gênero e raça (observando, em particular, a relevância da separação entre esferas pública e privada na fixação dos limites da democracia liberal), e a tensão entre conflito institucional e extrainstitucional, na expressão das demandas políticas dos grupos sociais marginalizados ou em posição subalterna. Em paralelo à discussão teórica, um ?braço empírico? da pesquisa produzirá um mapeamento amplo da produção, sobre a questão, na Ciência Política brasileira nas últimas três décadas, por meio da análise do que foi publicado nos principais periódicos da área no Brasil..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (2) .

Integrantes: Luis Felipe Miguel - Coordenador.

Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Bolsa.

Número de produções C, T & A: 4

Direitos das mulheres e representação no Brasil

Descrição: As questões relacionadas à representação política das mulheres não se esgotam nas questões de presença política, abordadas por uma miríade de estudos que tratam, por exemplo, do impacto das cotas. A presença de mais mulheres no Congresso Nacional é um imperativo de igualdade; traduz a exigência de que as posições de exercício de poder não sejam impermeáveis a pessoas com determinadas características. Também é comumente indicado o efeito simbólico: quando mulheres exercem o poder, estão anunciando às outras mulheres, e também aos homens, que está errada a ideia recorrente de que ?política não é assunto de mulheres?. Mas permanece o fato de que as mulheres, como grupo social, possuem demandas próprias, que podem ser apresentadas ? ou não ? nas esferas decisórias. Em suma, há uma questão de representação substantiva. Como as questões de interesse das mulheres são formuladas e defendidas no Congresso Nacional? O projeto visa investigar a representação substantiva das mulheres brasileiras, a partir da análise dos projetos de lei sobre três eixos temáticos (direito ao aborto, maternidade e violência) que tramitaram na Câmara dos Deputados nas últimas seis legislaturas. Os projetos serão cruzados com uma base de dados já existente sobre as trajetórias políticas dos deputados eleitos, permitindo identificar o efeito de variáveis como sexo, geração, posição no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: AE4D131700390BCB.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>.

2014 - 2018

2013 - 2017

